



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

REQUERIMENTO Nº de 2019.

(Da Sra. SÂMIA BOMFIM)

Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a CCTCI para tratar da atuação de grupos de ódio organizados na rede mundial de computadores.

Senhora Presidenta,

Requeremos a V. Exa., nos termos dos artigos 24, inciso III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizada Audiência Pública conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática para tratar da atuação de grupos de ódio organizados na rede mundial de computadores, tendo os seguintes convidados:

- Sr. **Rafael Ribeiro do Val**, Promotor de Justiça do Estado de São Paulo designado para acompanhar as investigações sobre o massacre de Suzano;
- Sra. **Dolores Aronovich Agüero**, docente da Universidade Federal do Ceará, que há anos denuncia a atuação de grupos de ódio organizados na “Dark Web”;
- Sra. **Cassiana Saad de Carvalho**, chefe do Serviço de Repressão a Crimes Cibernéticos da Polícia Federal;



JUSTIFICAÇÃO

O massacre ocorrido no último dia 13.03.2019 na Escola Estadual Professor Raul Brasil, no município de Suzano/SP, deixou em choque a sociedade brasileira. Dois garotos, armados com revólver, machados, besta e flechas, buscaram executar o maior número possível de estudantes e servidores antes de cometerem suicídio. O caso, semelhante ao ocorrido na Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo, Rio de Janeiro/RJ, no ano de 2011, traz à tona um fenômeno até então inédito na sociedade brasileira: massacres praticados por atiradores suicidas, insuflados por grupos de ódio organizados em áreas restritas da rede mundial de computadores.

O perfil psicológico destes assassinos é traçado pelo conceito “incel”, contração do termo *involuntary celibates* (celibatários involuntários), composto por homens com grande frustração sexual que culpam o sexo feminino pela sua solidão e inseguranças. O termo também faz referência a uma subcultura que se projetou principalmente a partir de 2010 com o advento do movimento *alt right*, da extrema direita norteamericana, e de fóruns de discussão on-line em que seus participantes alimentam o ódio a mulheres e minorias.

No caso brasileiro, para a realização do atentado os atiradores buscaram ajuda no Dogolachan, fórum de discussões originado da seita cibernética *Homini Sanctus*, grupo fundado por Marcello Valle Silveira Mello, conhecido “incel” que atualmente cumpre penas por racismo, coação, associação criminosa, incitação ao cometimento de crimes, divulgação de imagens de pedofilia e terrorismo cometidos na internet.

Tal fórum de discussões situa-se na chamada “Dark Web”, rede de sites dedicados à prática de crimes e que somente são acessíveis por meio do Tor (The Onion Router), sistema que usa criptografia e computadores espalhados por todo o mundo para garantir navegação anônima. Além do Dogolochan,



diversos outros sites restritos servem como espaço de organização para a prática de crimes, violação a direitos humanos e propagação de racismo, misoginia, pedofilia e os mais variados discursos de ódio a minorias. Sabe-se que o atirador da escola de Realengo também participou de referidas páginas, tendo inclusive mantido contato com o fundador do Dogolochan.

É sabido que o Tor é usado por ativistas no mundo inteiro para garantir privacidade e segurança contra governos autoritários. Em particular, o uso do Tor foi fundamental na primavera árabe em 2011 e para a existência do WikiLeaks. Sem comprometer a liberdade dos usuários de Internet, mas com o objetivo de aprofundar a análise sobre o papel do Estado brasileiro na prevenção e repressão à massacres com este perfil e o controle sobre a atuação de grupos de ódio na internet, com forte orientação misógina, sugerimos a realização da referida audiência pública.

Sala das Comissões, 19 de março de 2019.

Sâmia Bomfim
Deputada Federal
PSOL/SP